

ENTRE APLAUSOS E ABANDONOS: Transição demográfica e condições de envelhecer nos corpos negros e periféricos
BETWEEN APPLAUSE AND ABANDONMENT: Demographic transition and aging conditions in black and peripheral bodies

Jairo Carioca de Oliveira¹

RESUMO: Este ensaio teórico e documental discute a transição demográfica brasileira a partir das condições de existência da população negra em territórios periféricos, com atenção às experiências dos homens negros e às relações de cuidado entre gerações. Interroga a distância entre o envelhecimento da estrutura populacional e a distribuição das possibilidades de chegar à velhice, atravessá-la com proteção e continuar produzindo sentidos para a própria vida. A análise articula pesquisas sobre desigualdades raciais no envelhecimento, violência e educação ao pensamento negro e contracolonial. O livro *O Eu rasurado* contribui para examinar a desautorização da subjetividade negra e a renovação social da violência, sem converter essas formulações em indicadores demográficos ou diagnósticos generalizáveis. Sustenta-se que a transição modifica a composição das necessidades coletivas, enquanto as relações raciais e territoriais condicionam os meios de atendê-las. O ensaio aproxima estrutura etária, condições materiais e autoria sobre a existência por meio da educação ao longo da vida e do cuidado compartilhado. Conclui-se que uma população mais envelhecida exige enfrentar as desigualdades de proteção e reconhecer sujeitos negros e periféricos como participantes das decisões sobre seus futuros.

Palavras-chave: Transição demográfica; população negra; periferias; envelhecimento; educação.

ABSTRACT: This theoretical and documentary essay discusses the Brazilian demographic transition based on the conditions of existence of the Black population in peripheral territories, with a focus on the experiences of Black men and intergenerational care relationships. It interrogates the gap between the aging of the population structure and the distribution of the possibilities of reaching old age, navigating it with protection, and continuing to produce meaning for one's own life. The analysis articulates research on racial inequalities in aging, violence, and education with Black and counter-colonial thought. The book *O Eu rasurado* contributes to examining the erasure of Black subjectivity and the social renewal of violence, without converting these formulations into demographic indicators or generalizable diagnoses. It is argued that the transition modifies the composition of collective needs, while racial and territorial relations condition the means to meet them. The essay brings together age structure, material conditions, and authorship over existence through lifelong education

¹ Psicanalista, Dr. h. c. em Psicologia pela Logos University International (Flórida, EUA), Teólogo pela FAECAD/RJ e graduando em Pedagogia pela Unifacvest. Doutorando e Mestre em Educação (PPGEduc/UFRRJ). Membro pesquisador do Laboratório de Educação, Gênero e Sexualidades (LEGESEX/UFRRJ) e do Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde (UNIR). Fundador e coordenador do Coletivo de Pesquisa Ativista em Psicanálise, Educação e Cultura (CPAPEC) e membro fundador da Escola Psicanalítica da Escuta Periférica. Integra ainda o Coletivo Psicanalistas Unidos pela Democracia (PUD) e a Comissão Permanente da Política Institucional pela Diversidade, Gênero, Etnia/ Raça e Inclusão (CPID/UFRRJ). É também membro da Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro (ACLERJ) e do Movimento Negro Unificado/MNU-RJ. Poeta e bolsista CAPES <https://orcid.org/0000-0003-0360-5884>

and shared care. It concludes that an older population requires confronting inequalities in protection and recognizing Black and peripheral subjects as participants in decisions about their futures.

Keywords: Demographic transition; Black population; peripheries; aging; education.

INTRODUÇÃO

De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santana
Nessa crença num enorme coração
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução
São cruzes sem nomes, sem corpos, sem datas
Memória de um tempo
Onde lutar por seu direito
É um defeito que mata
(Gonzaguinha, 1981)

O envelhecimento da população brasileira exige perguntar quem pode chegar à velhice e em quais condições continuará vivendo. Quando o debate se concentra na relação entre contribuintes e beneficiários, o corpo aparece como unidade de cálculo antes que sua história seja considerada. Para quem cresceu entre jornadas exaustivas, escolarização interrompida, deslocamentos prolongados e exposição à violência, alcançar uma idade não significa dispor dos mesmos recursos que outras pessoas para habitá-la. A transição demográfica modifica a estrutura da população; a distribuição das condições de atravessá-la permanece em disputa. A trajetória pública de Adriano Álvaro Melo, conhecido como Alvinho, introduz esse problema. Um garoto negro que chamou a atenção do mundo por sua genialidade, mas que continua preto num país onde nem mesmo a genialidade é capaz de superar o racismo. O escritor carioca e negro Lima Barreto, anotou essa reflexão motivado pelas constantes barreiras, humilhações cotidianas e preconceitos raciais que enfrentava na sociedade brasileira do início do século XX. Em um dos trechos que contextualizam esse sentimento, ele escreve: *Eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ele far-me-á grande. [...] É triste não ser branco.* (BARRETO, 1953, p. 16).

Segundo reportagem, Alvinho foi homenageado com a Medalha Pedro Ernesto em dezembro de 2024, passado a homenagem o menino negro da Maré de apenas 10 anos retorna com a mãe para o abrigo público no bairro do Grajaú, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A notícia associa a situação ao adoecimento materno e à instabilidade econômica e habitacional (UOL, 2026). A coexistência entre reconhecimento e precariedade permite interrogar o alcance material da celebração. Quem garante existência pra quem não carrega um grande nome? Há uma violência obscena em exigir de uma criança negra um currículo extraordinário para reconhecer aquilo que sua existência deveria assegurar. Entre a infância celebrada e a velhice desamparada existe uma questão de continuidade, de quais condições uma pessoa dispõe para aprender, sustentar vínculos, cuidar e ser cuidada ao longo da vida? A passagem entre gerações interessa porque o envelhecimento populacional transforma a composição das demandas por educação, moradia, renda e cuidado. Essas demandas se realizam em territórios concretos e em relações atravessadas pela raça, pela classe e pelo gênero. Um país pode envelhecer enquanto persistem a morte prematura e a desproteção de parcelas de sua população.

Este ensaio discute a transição demográfica brasileira a partir dos corpos negros e periféricos. A pergunta orientadora é como as mudanças na estrutura etária se articulam às desigualdades de proteção e às possibilidades de exercer autoria sobre a existência. Sustento que o envelhecimento populacional amplia a necessidade de reorganizar o cuidado e a educação ao longo da vida, mas não assegura a distribuição equitativa dos meios de viver esse processo. Ao examinar essa distância como problema educacional e político, articulo a leitura demográfica à experiência situada de sujeitos cuja capacidade de dizer de si é reiteradamente desautorizada. A expressão corpos negros e periféricos designa, aqui, pessoas cujas condições de vida são produzidas em relações de racialização e desigualdade territorial. Ela preserva a materialidade do trabalho, do adoecimento e da violência, bem como a produção de saberes, afetos e formas de organização coletiva. Periferia é uma posição na distribuição do poder urbano e dos recursos, que pode existir em áreas distantes ou próximas dos centros valorizados. Favelas, bairros populares, municípios periféricos e territórios quilombolas

possuem histórias próprias e não são categorias geográficas intercambiáveis. O foco recai sobre a população negra e as periferias urbanas, com atenção aos homens negros em suas relações com mulheres, crianças e pessoas idosas.

O corpus deste ensaio teórico e documental foi selecionado intencionalmente segundo três questões: o que as fontes permitem afirmar sobre a mudança demográfica; como descrevem desigualdades raciais e territoriais nas condições de envelhecer; e quais formulações ajudam a compreender seus efeitos sobre reconhecimento, formação e cuidado. Foram priorizados estudos brasileiros que explicitam origem e recorte dos dados e obras negras e contracoloniais pertinentes a essas questões. A seleção não pretende representar integralmente a produção sobre transição demográfica, tampouco constitui uma revisão sistemática. O relatório Envelhecimento e desigualdades raciais, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), fornece resultados de pesquisa com pessoas de cinquenta anos ou mais e tabulações de fontes nacionais. O Atlas da violência 2025 situa a mortalidade por homicídios e sua relação com a composição etária. Capítulos do Anuário da população negra no Brasil, de 2026, permitem examinar classificação racial, indicadores educacionais e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A síntese institucional World Population Prospects 2024 contribui para delimitar os processos demográficos; as projeções brasileiras são contextualizadas por meio da divulgação jornalística consultada, identificada como fonte secundária. As obras teóricas têm outra função, construir interpretações sobre racialização, território e subjetividade. Em *O Eu rasurado*, foram examinadas especialmente as passagens sobre identificação racial, reinscrição da existência e trauma destruinte.

A análise distinguiu os níveis de observação. Nas fontes quantitativas, foram identificados população, período, escala territorial e significado dos indicadores, com conferência das tabelas e dos gráficos empregados. Nas obras teóricas, foram delimitados conceitos e examinadas suas possibilidades de articulação, preservando diferenças entre descrição demográfica e experiência subjetiva. O confronto incluiu resultados que tensionam uma interpretação uniforme, como as variações raciais e de gênero entre as capitais estudadas

pelo Cebrap. Dados referentes a ambos os sexos são apresentados como tais, e afirmações específicas sobre homens negros ficam restritas aos recortes que efetivamente os identificam.

1. A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E A DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DA VELHICE

A transição demográfica corresponde à transformação histórica dos regimes de mortalidade e fecundidade e de suas relações com o crescimento e a composição etária da população. A queda sustentada da fecundidade reduz o peso relativo das novas gerações, enquanto as mudanças na sobrevivência alteram o número de pessoas que alcançam idades mais avançadas. A migração também participa da composição de cada território. Esses processos ocorrem em ritmos distintos, sujeitos a acontecimentos que podem interromper tendências. A síntese das Nações Unidas ressalta ainda a influência da estrutura etária herdada do crescimento anterior, uma população pode continuar crescendo mesmo depois de uma redução importante na fecundidade (United Nations, 2024). A ideia de transição descreve essas transformações, embora seja insuficiente quando apresentada como itinerário universal de progresso com destino previamente dado. O cenário brasileiro de desaceleração aparece nas estimativas do IBGE divulgadas em agosto de 2026 onde a população foi estimada em 214,2 milhões, com crescimento de 0,37% em relação a 2025. As projeções revisadas em 2024 indicam um máximo de 220,43 milhões em 2041, seguido de declínio. Esses números têm caráter estimativo e projetivo (Vieceli, 2026). A diminuição do crescimento e o envelhecimento da estrutura populacional exigem reorganização das condições coletivas de existência. Seu significado social depende de como recursos, trabalho e proteção são distribuídos.

Convém distinguir envelhecimento populacional, longevidade e experiência de envelhecer. O primeiro descreve o aumento do peso relativo das idades avançadas. A longevidade remete à duração da vida, examinada por medidas específicas de sobrevivência. Já a experiência de envelhecer envolve relações, condições corporais, memória e

possibilidades de participação. Uma população pode apresentar maior proporção de idosos em consequência de menos nascimentos sem que tenham desaparecido as desigualdades de mortalidade. Também pode haver aumento da sobrevivência sem melhora equivalente nas condições de moradia, cuidado e autonomia. A pesquisa sobre envelhecimento e desigualdades raciais permite relacionar esses planos preservando suas diferenças (Vieira et al., 2023).

A redução da fecundidade também exige um debate sobre autonomia reprodutiva. A discussão internacional relaciona as mudanças populacionais às condições de educação, acesso a serviços e distribuição do cuidado (United Nations, 2024). A partir das periferias, interessa perguntar em quais condições as pessoas podem realizar ou recusar projetos de maternidade e paternidade. Nenhum dos extremos demográficos, seja o temor da explosão populacional ou o receio do seu declínio, justifica a instrumentalização do corpo e da reprodução das mulheres negras para fins de ajuste econômico. O direito de decidir sobre a maternidade e de criar os filhos com plena proteção social deve caminhar lado a lado com a garantia de um envelhecimento digno, que não dependa exclusivamente de uma presumida, e muitas vezes sobrecarregada, rede de apoio familiar. A distribuição etária da população negra oferece um recorte dessa discussão. Em tabulação da PNAD Contínua de 2019 apresentada pelo Cebap, mulheres e homens negros, somados, correspondiam a 57,8% das pessoas entre 25 e 49 anos e a 43,4% daquelas com oitenta anos ou mais. No recorte masculino, homens negros representavam 28,2% do conjunto de pessoas entre 25 e 49 anos e 18,1% do conjunto de oitenta anos ou mais. Os denominadores são as populações totais de cada faixa etária, incluindo mulheres e homens; esses percentuais não expressam a proporção de idosos dentro da população masculina negra nem a probabilidade de sobrevivência de um homem negro, principalmente de periferia (Vieira et al., 2023, p. 16).

O crescimento exponencial do sistema prisional brasileiro desenha um cenário alarmante para as próximas décadas, apontando para um inevitável envelhecimento e perpetuação da massa encarcerada dentro das instituições. Ao analisar essa dinâmica, Juliana Borges destaca que a engrenagem punitiva nacional mantém um ritmo tão acelerado que, caso

seja mantido, projeta que "em 2075, uma em cada 10 pessoas estará com privação de liberdade no Brasil" (Borges, 2018). Esse aprisionamento em larga escala e de longo prazo incide diretamente sobre os grupos historicamente vulnerabilizados pelo Estado, uma vez que a esmagadora maioria desse contingente é composta por corpos negros que representam 64% da população prisional geral e 67% no recorte feminino. Desse modo, o amadurecimento e a velhice atrás das grades tornam-se o desfecho de um mecanismo seletivo e racializado de controle social, que transforma o espaço do cárcere em um vetor de exclusão continuada e de morte social.

Essa diferença entre grupos etários requer atenção às histórias das gerações, à fecundidade, às migrações e às mudanças de classificação racial. A composição de uma categoria censitária pode mudar ao longo do tempo. O debate recente sobre classificação racial no Brasil mostra que as variações entre categorias também se relacionam à atuação dos movimentos negros, ao significado social da cor e às formas de identificação disponíveis em cada período (Tomás, 2026). Por isso, não se pode transformar uma distribuição transversal por idade em uma medida direta de vidas abreviadas. O Eu rasurado acrescenta uma questão que a estatística, sozinha, não responde: o que significa ser nomeado racialmente e disputar essa nomeação? Ao examinar o registro de sua própria cor e a construção da identificação negra, o livro descreve a classificação como experiência atravessada por relações familiares e expectativas de embranquecimento. Essa perspectiva se aproxima do debate demográfico ao reconhecer o caráter social das categorias, preservadas as diferenças entre seus objetos. A crítica autobiográfica à designação parda não permite tratar toda autodeclaração parda como consciência insuficiente ou identidade sem legitimidade. A agregação de pretos e pardos permite investigar desigualdades compartilhadas e requer atenção às diferenças internas e aos sentidos situados da identificação (Oliveira, 2025, p. 33–36).

Contudo, a despeito das assimetrias estatísticas, a premissa de que o envelhecimento no Brasil seria um fenômeno exclusivamente branco negligencia as sofisticadas tecnologias de existência desenvolvidas pela população negra. Corpos negros não apenas envelhecem, mas lideram suas comunidades, articulam redes de apoio e sustentam a transmissão de saberes

entre gerações. Essa longevidade precisa integrar o escopo analítico com o mesmo rigor dedicado ao estudo das mortes evitáveis. O cerne da questão reside na distribuição desigual das estruturas que viabilizam o direito à velhice. Portanto, invisibilizar os idosos negros na descrição sociológica reproduziria, no próprio ato da denúncia, o apagamento de suas trajetórias. As razões de dependência demográfica relacionam grupos etários definidos convencionalmente. Seu alcance é restrito, elas não medem diretamente quem sustenta quem. Pessoas idosas podem financiar domicílios e realizar cuidados, enquanto pessoas em idade considerada ativa podem estar desempregadas, adoecidas ou ocupadas em trabalho sem remuneração. Converter uma relação entre idades em juízo sobre utilidade transforma a sobrevivência dos mais velhos em problema moral. O enfrentamento das necessidades materiais exige discutir a distribuição da riqueza e do cuidado, inclusive o direito de interromper o trabalho exaustivo.

2. TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA NAS CONDIÇÕES DE CONTINUIDADE DA VIDA

As configurações territoriais participam diretamente da forma como a transição demográfica é vivenciada. Uma mesma mudança na composição etária produz demandas distintas em espaços onde o transporte é escasso, a moradia é instável ou o atendimento público depende de deslocamentos incompatíveis com as condições corporais dos moradores. Antes que se aponte que determinado território é vulnerabilizado, é preciso perguntar a quem interessa manter a vulnerabilidade desse território. Sob a perspectiva geográfica de Milton Santos (2000), a categoria analítica do território usado permite compreender essas assimetrias como resultado das tensões entre a infraestrutura material, as práticas sociais e a distribuição desigual do poder. Desse modo, a periferia atua de forma ambivalente, pois integra a produção da cidade e de sua riqueza material, ao mesmo tempo que disputa as condições básicas para nela permanecer.

Dessa maneira, a organização do território modifica as condições de adaptação ao envelhecimento. Uma escadaria, uma distância longa até a unidade de saúde ou um trajeto interrompido pela violência podem transformar uma limitação corporal em impedimento de participação. São exemplos analíticos de mediações territoriais, cuja ocorrência e intensidade precisam ser verificadas, a localização da dificuldade importa, atribuí-la exclusivamente à idade retira da análise a organização do espaço. Envelhecer no território exige condições para continuar circulando e decidindo, inclusive quando há necessidade de ajuda. A proteção material também depende dos recursos acumulados. O relatório do Cebrap apresenta, para pessoas entre cinquenta e 64 anos, salários médios de R\$ 1.724 entre negras e R\$ 3.017 entre brancas, com dados nacionais de 2019 e abrangência de ambos os sexos. Entre pessoas com oitenta anos ou mais, os valores de aposentadorias e pensões apresentados são de R\$ 1.527 para negras e R\$ 2.101 para brancas (Vieira et al., 2023, p. 28). A diferença evidencia recursos desiguais para sustentar a vida; seus efeitos concretos dependem também da composição domiciliar, das despesas e do acesso a serviços.

A violência letal interfere nas possibilidades de alcançar a velhice. Em 2023, o Atlas da violência 2025 registrou 35.213 homicídios de pessoas negras no Brasil, com taxa de 28,9 por cem mil habitantes negros, diante de 10,6 entre não negros (Cerqueira; Bueno, 2025, p. 73–78). Esses dados documentam uma desigualdade de exposição à morte violenta. Há ainda uma diferença entre estudar quem chega à velhice e estudar quem foi impedido de chegar. Pesquisas realizadas com pessoas idosas observam sobreviventes; por definição, não incluem as experiências daqueles que morreram antes. Seus resultados permanecem válidos dentro desse recorte. Condições relativamente favoráveis encontradas em determinado grupo, contudo, não demonstram a inexistência de desvantagens anteriores. A análise da transição precisa manter em relação a mortalidade antes da velhice e as condições de vida dos que envelhecem, sem deduzir uma dimensão diretamente da outra.

O levantamento do Cebrap oferece um recorte específico sobre homens negros. A pesquisa de 2021 realizou 1.500 entrevistas com pessoas de cinquenta anos ou mais em São Paulo, Salvador e Porto Alegre. Em São Paulo, o indicador de exposição à violência apresentou

condições piores para homens negros do que para homens brancos nas quatro faixas etárias analisadas. Nos relatos de ameaça com arma de fogo, os percentuais foram de 28% e 24%, respectivamente. A pesquisa também encontrou variações importantes entre as capitais e não identificou evidências significativas de desigualdade entre os grupos no indicador de exposição à violência em Porto Alegre (Vieira et al., 2023, p. 12–14, 45–47).

A interpretação desses resultados requer atenção ao desenho da pesquisa. A amostra foi organizada por idade e gênero, sem estratificação racial prévia, o que produziu tamanhos desiguais entre os subgrupos. Os percentuais de experiências relatadas também não equivalem a taxas anuais de ocorrência. Os resultados mostram que o envelhecimento dos homens negros pode continuar atravessado pela violência e requerem uma análise conjunta de raça, gênero e território, atenta às diferenças entre as biografias. Compreender a atuação do racismo exige investigar como práticas institucionais e relações sociais distribuem suspeição, credibilidade e acesso à proteção. O dispositivo de racialidade permite compreender a produção de hierarquias entre sujeitos reconhecidos como referência do humano e sujeitos cuja competência e vida são desvalorizadas. A dimensão epistemológica participa desse processo porque a palavra de quem sofre uma violência pode ser desacreditada, e seus conhecimentos podem ser excluídos das decisões que o afetam (Carneiro, 2023). As formas concretas dessa operação exigem investigação, inclusive dentro dos serviços que também oferecem proteção.

3. O EU RASURADO E A EXPERIÊNCIA DE ENVELHECER

A passagem da estrutura etária à experiência exige uma mediação conceitual. Em *O Eu rasurado*, a rasura diz respeito às operações que tentam desautorizar a inscrição do sujeito negro na linguagem, na memória e nas formas socialmente legitimadas de reconhecimento. O livro também sustenta a possibilidade de reinscrever a própria história. Retomo essa tensão para examinar o envelhecimento, pois continuar vivo implica poder reconhecer desejos, narrar experiências e participar das decisões sobre o próprio corpo. A rasura designa uma

relação de poder que restringe essa possibilidade sem pressupor uma deficiência constitutiva das pessoas negras (Oliveira, 2025, p. 33–36, 48–49). A aproximação proposta neste artigo acrescenta uma pergunta ao debate demográfico: quais condições permitem que os anos vividos sejam também tempo de autoria? Essa formulação orienta a leitura de problemas que os indicadores de sobrevivência, renda ou acesso ao cuidado não esgotam, preservando a função dessas medidas. Uma pessoa pode receber atendimento e permanecer sem possibilidade de decidir sobre sua rotina; pode ser celebrada como memória da comunidade e não encontrar espaço para expressar desejos atuais. O reconhecimento de sua história torna-se limitado quando exige que ela permaneça fixada no papel que outros lhe atribuem.

Essa perspectiva aproxima a crítica da rasura e a do dispositivo de racialidade, preservando a diferença entre suas escalas. A primeira permite acompanhar uma elaboração situada da subjetividade; a segunda examina a articulação de saberes e práticas que institui hierarquias raciais. Sua interlocução ajuda a compreender como uma exigência social de inferiorização pode ser vivida, recusada ou reelaborada. O ponto de encontro está na disputa pela condição de sujeito de conhecimento e de enunciação. Essa disputa comporta respostas distintas entre as pessoas negras (Carneiro, 2023; Oliveira, 2025). O trauma destruinte, formulado em *O Eu rasurado*, desloca a atenção para a renovação social das condições que produzem sofrimento. A violência pode persistir enquanto o sujeito tenta elaborá-la, de modo que seu enfrentamento não se encerra no trabalho individual. Sua contribuição para este ensaio está na temporalidade, pois viver mais anos pode significar continuar exposto a processos que se renovam, prolongando no presente as condições que produzem sofrimento. A formulação sustenta uma hipótese interpretativa sobre violência continuada, sem equivalência automática com medidas de desgaste biológico ou diagnósticos clínicos (Oliveira, 2025, p. 53–56). Essa leitura requer uma ressalva. A persistência estrutural do racismo não autoriza concluir pela impossibilidade de elaboração subjetiva, pela inutilidade do cuidado clínico ou por uma existência negra inteiramente capturada pela violência. Tomadas literalmente, formulações de irreparabilidade fixariam um destino justamente onde o livro reivindica a possibilidade de reinscrição. A experiência de envelhecer pode incluir mudanças

na identificação, novos vínculos e projetos que não estavam disponíveis antes. A crítica precisa reconhecer a continuidade das agressões e a abertura das respostas, sem exigir que o sujeito prove sua força para merecer proteção.

Em *Meu negro interno*, a ironia autobiográfica confronta explicações que transformam a discriminação em problema íntimo a ser resolvido pelo próprio sujeito. Essa contribuição ajuda a distinguir a escuta do sofrimento de sua individualização onde reconhecer a vida psíquica exige considerar as relações sociais que a atravessam. Na velhice, isso implica não reduzir a queixa de um homem negro à incapacidade de aceitar a idade nem atribuir toda experiência singular a uma estrutura abstrata (Nascimento, 2015, p. 90–97). A escuta precisa alcançar aquilo que a pessoa diz, inclusive quando sua narrativa modifica a interpretação de quem a atende. Nas masculinidades, essa questão assume contornos específicos. Modelos patriarcais associam valor masculino à provisão, ao domínio e à recusa da dependência. Quando essas exigências atravessam a experiência racializada, pedir ajuda pode colidir com uma imagem de força construída como condição de reconhecimento. A crítica de bell hooks permite interrogar esse aprendizado sem propor a recuperação da autoridade masculina sobre mulheres e crianças. Sua obra, situada no contexto estadunidense, oferece uma interlocução conceitual com as questões brasileiras apresentadas em *O Eu rasurado* (Hooks, 2022; Oliveira, 2025). A transição demográfica torna urgente discutir quem cuidará dos homens que foram ensinados a esconder a necessidade de cuidado e como eles participarão do cuidado de outras pessoas. A resposta não pode transferir às mulheres negras a obrigação de compensar todas as insuficiências familiares e públicas. O enfrentamento dessas desigualdades de gênero exige repartir trabalho, recursos e descanso, assegurando proteção às pessoas que não correspondem ao ideal de pai, trabalhador ou companheiro exemplar, afinal, o direito à vida não decorre de uma avaliação moral de desempenho.

4. EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA E RELAÇÕES ENTRE GERAÇÕES

Em seu aniversário de 65 anos, meu pai, um homem negro, filho de pai branco e mãe negra, chorou e me segredou, por eu ser seu filho mais velho: "Vivi mais do que meu pai e não sei o que fazer". Aquele desabafo encerrou-se com uma promessa de retomada, o desejo de concluir os estudos que lhe foram negados na juventude. Foi assim que ele se matriculou na Educação de Jovens e Adultos (EJA), concluindo o ensino fundamental e, na sequência, o ensino médio. Ao alcançar os 70 anos, consciente de ter ido mais longe do que toda a sua geração anterior, ele coroou essa trajetória escrevendo e publicando dois livros de sua autoria, nos quais narrou sua vivência religiosa e se descobriu escritor. A educação participa ativamente da transição demográfica porque as diferentes gerações cruzam a barreira do tempo e chegam à velhice com oportunidades de formação profundamente desiguais, fortemente marcadas pelas clivagens de raça e pelos limites impostos pelo território. A ampliação da escolarização entre os mais jovens não repara, de forma automática, a exclusão histórica vivida pelas coortes anteriores em territórios intencionalmente vulnerabilizados; tampouco o declínio da taxa de natalidade demonstra que a demanda educacional de uma região foi plenamente atendida.

Portanto, para discutir a oferta pedagógica real, o escopo analítico deve considerar os percursos interrompidos pelas amarras do racismo estrutural. O retorno escolar em idade avançada, como o ocorrido na EJA e na produção literária tardia, revela-se como uma autêntica tecnologia de existência, uma tática de sobrevivência e reinvenção que desafia o apagamento e garante aos mais velhos o direito inalienável de reescrever suas próprias trajetórias. A construção dos indicadores educacionais interfere na compreensão desse problema. Uma média de desempenho pode melhorar sem revelar como os resultados e as condições de escolarização se distribuem racialmente. O debate sobre a produção estatal desses indicadores chama atenção para a relação entre o que se registra e o que se reconhece como demanda pública (Moreira, 2026). Na leitura da transição demográfica, isso exige acompanhar quem permanece, quem interrompe os estudos e quem consegue retornar, em

recortes de raça, idade, gênero e território. A informação deve tornar visíveis necessidades que a contagem de matrículas, isoladamente, não alcança.

A EJA constitui uma mediação importante entre estrutura etária e desigualdade educacional. O capítulo dedicado à modalidade no Anuário da população negra no Brasil informa que, em 2024, estudantes pretos e pardos correspondiam a 60,92% das matrículas da EJA no ensino fundamental e a 56,77% no ensino médio. No ensino médio, o gráfico apresenta 554.342 matrículas de estudantes pretos e pardos entre 976.390 matrículas totais, das quais 222.717 não tinham declaração de cor ou raça. A ausência de informação limita a precisão da distribuição racial completa. São registros de matrícula de ambos os sexos e de diferentes idades; não descrevem exclusivamente pessoas idosas ou homens negros (Jeffrey, 2026, p. 84–85). Esses dados evidenciam a presença negra em uma modalidade que atende percursos educacionais interrompidos. O capítulo também discute a juvenilização da EJA, mostrando que o envelhecimento populacional convive com a chegada de jovens que não permaneceram nas etapas anteriores. As demandas educacionais de crianças, jovens e pessoas idosas se sobrepõem; sua composição local exige uma análise que reconheça essa coexistência. Redução de matrículas, por sua vez, precisa ser examinada juntamente com a oferta e com as condições de acesso, antes de ser interpretada como superação da demanda (Jeffrey, 2026).

Para quem envelhece na periferia, retornar à escola pode requerer transporte acessível, horários compatíveis com o trabalho e o cuidado, acolhimento das diferenças corporais e participação na definição dos percursos de aprendizagem. A formação pode envolver alfabetização, uso de tecnologias, leitura crítica das informações e criação artística, conforme os interesses dos sujeitos. Seu valor ultrapassa a promessa de ampliar a empregabilidade. O idoso negro que deseja aprender não precisa apresentar um retorno econômico futuro para justificar sua presença. A aprendizagem também pode reabrir a relação com a própria história. Em *O Eu rasurado*, a lembrança do desejo infantil de ser intelectual, recebido com zombaria, expõe a desautorização de um projeto antes que ele pudesse ganhar forma. Lida junto à noção de epistemicídio, a passagem permite discutir como expectativas racializadas restringem quem pode ser reconhecido como produtor de conhecimento. Como elaboração

situada, o testemunho permite examinar a relação entre desqualificação intelectual e horizonte de futuro, sem representar o conjunto das escolas ou famílias (Carneiro, 2023; Oliveira, 2025, p. 56).

As ações afirmativas oferecem elementos para examinar possibilidades de mudança. Uma revisão da pesquisa empírica sobre ações afirmativas no ensino superior brasileiro identifica resultados favoráveis ao acesso de estudantes negros e mostra que critérios exclusivamente econômicos não reproduzem necessariamente os efeitos de critérios raciais. Esses resultados indicam que mudanças institucionais podem ampliar oportunidades e modificar trajetórias educacionais, embora não demonstrem efeitos sobre a longevidade. O pensamento contracolonial amplia a discussão sobre o que se transmite entre gerações. O compartilhamento e a confluência situam a vida em relações que não se esgotam na acumulação individual. O diálogo com a geração neta permite pensar a presença dos mais velhos como relação e possibilidade de continuidade, preservando caminhos que as novas gerações produzirão (Bispo dos Santos, 2023). O conhecimento sustenta formas de habitar, cuidar e decidir em comum, questionando o pressuposto de que a formação vale sobretudo por tornar cada indivíduo mais competitivo. A articulação dessa perspectiva com a proteção pública envolve uma tensão. Transformar saberes comunitários em procedimentos administrados de fora pode retirar dos territórios o poder de definir suas práticas. Por outro lado, invocar a potência comunitária para dispensar investimento público transfere às pessoas o custo da desproteção. Defendo a ampliação conjunta dos recursos e da capacidade local de decisão. Uma escola aberta às relações entre gerações deve reconhecer autoria, consentimento e trabalho de quem compartilha conhecimentos, inclusive o direito dos mais velhos de recusar essa função.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a transição demográfica a partir dos corpos negros e periféricos exige relacionar mudança populacional e distribuição das condições de viver. As fontes examinadas documentam desigualdades raciais de mortalidade por homicídios, diferenças nas condições materiais de envelhecimento e presença expressiva de estudantes negros na EJA. As variações territoriais e os limites das fontes impedem descrever todas as experiências pela mesma sequência de perdas. O envelhecimento populacional é compatível com essas desigualdades; sua ocorrência não assegura que os anos de vida, a proteção e as possibilidades de participação sejam compartilhados de maneira equitativa. O Eu rasurado interroga o lugar do sujeito em descrições que poderiam reduzi-lo à idade, ao rendimento ou ao risco. A rasura permite pensar a desautorização de sua palavra; o trauma destruinte chama atenção para a renovação social da violência. A articulação desses conceitos clínico-políticos com a demografia constitui uma proposta interpretativa, cuja pertinência reside na questão que dirige à investigação, como as condições de sobrevivência se relacionam à possibilidade de continuar narrando, desejando e decidindo sobre a própria vida?

Defendo uma política de continuidade da vida como orientação normativa para enfrentar essa questão. Seu critério é examinar se a proteção se mantém nas passagens entre idades, serviços e situações de dependência. No território, isso exige condições de moradia e circulação que permitam acessar cuidados; na educação, oportunidades reais de ingresso, permanência e retorno; nas relações de cuidado, recursos e descanso para quem cuida e poder de decisão para quem recebe ajuda. A avaliação dessas condições precisa combinar dados desagregados com a participação dos sujeitos negros e periféricos na definição do que será considerado uma vida protegida. Esse horizonte impede que a velhice seja tratada como dívida dos sobreviventes com a economia. Também recusa transformar comunidades em reservas gratuitas de cuidado ou seus mais velhos em guardiões obrigatórios da tradição. O enfrentamento social da transição demográfica precisa ampliar a possibilidade de aprender, mudar e descansar, inclusive para quem teve a trajetória escolar interrompida ou não

acumulou patrimônio. Envelhecer com proteção requer condições materiais e autoridade sobre a existência. O futuro de Alvinho permanece aberto. Sua celebração não encerra a responsabilidade pelas condições de sua vida, assim como nenhuma criança precisa ser extraordinária para ter futuro. Entre os aplausos e os abandonos, o que está em disputa é a continuidade de existências que não deveriam depender de provas de merecimento. A população envelhece. Cabe disputar as condições para que corpos negros e periféricos possam viver esse tempo e decidir o que fazer com ele.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. Rio de Janeiro, 1953. Disponível em: [Domínio Público](#). Acesso em: 10 set. 2026.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.

BORGES, Juliana. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2025*. Brasília, DF: Ipea; São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

GONZAGUINHA. Pequena memória para um tempo sem memória (A legião dos esquecidos). In: GONZAGUINHA. *A vida do viajante*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1981. 1 faixa (2 min 19 s).

HOOKS, bell. *A gente é da hora: homens negros e masculinidade*. Tradução de Vinícius da Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

JEFFREY, Débora Cristina. A Educação de Jovens e Adultos (EJA): desafios, avanços e perspectivas para a população negra. In: SILVA, Camila Rodrigues da (org.). *1º Anuário da população negra no Brasil*. São Paulo: Alma Preta Jornalismo, 2026. v. 1, p. 81–90.

MOREIRA, Adriana. Produção estatal de indicadores educacionais: da seletividade racial à produção de acesso a direitos educacionais da população negra. In: SILVA, Camila Rodrigues da (org.). *1º Anuário da população negra no Brasil*. São Paulo: Alma Preta Jornalismo, 2026. v. 1, p. 67–73.

NASCIMENTO, Beatriz. Meu negro interno. In: NASCIMENTO, Beatriz. *Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento*. Organização de Alex Ratts e Bethania Gomes. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2015. p. 90–97.

OLIVEIRA, Jairo Carioca de. *O Eu rasurado: um manifesto afro-pindorâmico pela insurreição do pensável*. Nova Iguaçu, RJ: Ed. do Autor, 2025. E-book.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. Entrevistadores: Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TOMÁS, Maria Carolina. O projeto de embranquecimento falhou? In: SILVA, Camila Rodrigues da (org.). *1º Anuário da população negra no Brasil*. São Paulo: Alma Preta Jornalismo, 2026. v. 1, p. 34–42.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. *World Population Prospects 2024: summary of results: ten key messages*. New York: United Nations, 2024. Disponível em: [World Population Prospects 2024](#). Acesso em: 10 set. 2026.

UOL. Menino prodígio que criou jogo aos 7 anos mora em abrigo com a mãe no RJ. *UOL*, São Paulo, 31 ago. 2026. Disponível em: [UOL](#). Acesso em: 10 set. 2026.

VIECELI, Leonardo. Brasil tem 214,2 milhões de habitantes e 15 municípios com mais de 1 milhão em 2026, estima IBGE. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 ago. 2026. Disponível [Folha de S.Paulo](#)